



**ATA N.º 23/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA  
REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2015.** -----

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV), onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Pereira (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Gaspar (PS), Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT), e João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV). -----

Estiveram ainda presentes a secretariar a reunião: Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). -----

Verificando-se quórum, o Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte e cinco minutos, deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

**MOVIMENTO DE FUNDOS** -----

Foi distribuído o Resumo Diário de Tesouraria de 17 de dezembro de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de € 503.438,12-----

O Sr. Presidente informou que os pontos que constituíam a **ORDEM DO DIA** da presente reunião e constantes da convocatória, eram os seguintes: -----

**Ponto 1** - Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área da Reabilitação Urbana dos Municípios associados na CIMLT. Modificação ao Contrato Interadministrativo - CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.-----

**Ponto 2** - Proposta de Aprovação de Aditamento ao Protocolo de Utilização de Sala no Edifício da Câmara Municipal de Alpiarça, sito no Frade de Baixo e Aprovação de Minuta.-----

**Ponto 3** - Emissão de parecer prévio vinculativo para a celebração de contrato de aquisição de serviços especializados na área de geografia, na modalidade de



avença.-----

Município de Alpiarça - Proposta n.º 33/2015/VJPA-----

**Ponto 4** - Emissão de parecer prévio vinculativo para a celebração de contrato de aquisição de serviços de acção social na modalidade de avença. -----

Município de Alpiarça - Proposta n.º 34/2015/VJPA-----

**Ponto 5** - Apreciação e votação de Processo Disciplinar -----

Município de Alpiarça - Gabinete Jurídico-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

O Sr. Presidente deu início a este período, cumprimentando todos os presentes e colocou para apreciação e aprovação as seguintes atas; Ata n.º 15/2014 - reunião realizada 22.08.2014; Ata n.º 16/2014 - reunião realizada 10.09.2014; Ata n.º 17/2014 - reunião realizada 19.09.2014; Ata n.º 18/2014 - reunião realizada 10.10.2014; Ata n.º 19/2014 - reunião realizada 23.10.2014; Ata n.º 20/2014 - reunião realizada 31.10.2014; Ata n.º 21/2014 - reunião realizada 14.11.2014; Ata n.º 22/2014 - reunião realizada 28.11.2014; Ata n.º 23/2014 - reunião realizada 10.12.2014; Ata n.º 24/2014 - reunião realizada 19.12.2014; Ata n.º 1/2015 - reunião realizada 09.01.2015; Ata n.º 19/2015 - reunião realizada 30.10.2015; Ata n.º 20/2015 - reunião realizada 06.11.2015. Referiu que as atas mais antigas foram enviadas há vários meses aos senhores vereadores para apreciação e possível sugestão de alterações, coisa que não aconteceu até hoje, pelo que, o sr. Presidente achou por bem trazer as atas para apreciação e aprovação. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar referiu que foi com espanto que viu agendada para a reunião de hoje a aprovação destas atas e solicita que sejam retiradas uma vez que havia um acordo de cavalheiros no sentido de se marcar uma reunião específica para aprovação das atas em atraso. -----

O Sr. Presidente referiu que não tem qualquer problema em retirar as atas caso o Sr. Vereador Pedro Gaspar não se sinta em condições de aprovar as atas e reforçou que as atas já foram enviadas há cerca de 4 meses. -----



O Sr. Vereador Francisco Cunha reafirmou o mesmo que disse o Sr. Vereador Pedro Gaspar, que não está em condições de votar as atas e que é inadmissível este atraso, uma vez que houve um compromisso que seria feita uma reunião extraordinária para aprovação das atas.-----

O Sr. Presidente retirou a apreciação e votação das atas e informou que serão apreciadas na Reunião de Câmara da primeira sexta-feira de janeiro de 2016. -----

O Sr. Presidente deu continuidade ao período antes da ordem do dia e deu a palavra aos senhores Vereadores. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar iniciou o período antes da ordem do dia desejando um Feliz Natal a todos e informou que não poderá estar presente da festa de natal dos funcionários por motivos de ordem familiar. -----

Referiu que voltou a receber um e-mail dum munícipe sobre a violação por parte doutro munícipe dos contentores do lixo e solicita o esclarecimento do executivo Municipal.-----

Explicou sobre as suas ausências a algumas reuniões de Câmara que foram atempadamente justificadas por razões de ordem familiar. -----

Abordou o chumbo do voto de Louvor à GNR por parte da CDU na Assembleia Municipal referindo que não entendeu o argumento de “instrumentalização das forças de segurança” usado pela CDU e que se associa ao voto de louvor apresentado.-----

Referiu que não concorda com a não aprovação do IMI familiar e que a sua opinião é independente da bancada do PS na Assembleia Municipal e questionou a justificação do executivo municipal para esta medida de “ser socialmente injusta”. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha endereçou a todos os seus votos de um 2016 melhor que 2015. Questionou sobre o calendário das reuniões de Câmara para 2016, referiu que quanto à questão do lixo, teve conhecimento através das redes sociais e não recebeu qualquer tipo de reclamação. -----

Disse que em 2014 apresentou requerimento sobre a situação dos legados e ainda não obteve resposta, referindo que desapareceram propriedades dos legados. -----



Abordou a notícia sobre o ranking das escolas dizendo que se verifica uma situação “terrível”, existindo uma politização da escola e um ambiente de medo. -----

Abordou o chumbo da CDU na Assembleia Municipal do voto de louvor proposto pelo TPA, referindo que foi uma injustiça e que os dados provam que houve uma melhoria substancial em questões de segurança no concelho de Alpiarça. -----

Referiu que assistiu à última Assembleia de Freguesia e não concorda com a forma como é conduzido o período de intervenção do público onde não é permitido aos municipais fazerem livremente considerações e exporem assuntos, apenas podem colocar questões. -----

O Sr. Presidente iniciou a resposta às questões colocadas solicitando ao Sr. Vereador Pedro Gaspar que lhe reenviasse o e-mail com a reclamação sobre os contentores do lixo e referiu as questões de vandalismo dos contentores dizem respeito à fiscalização municipal e às forças de segurança. Quanto à questão do voto de louvor disse que já foi abordada na reunião anterior e que mantém a sua opinião sobre a “instrumentalização das forças de segurança” na proposta de voto de louvor referindo que a Câmara Municipal mantém total disponibilidade para colaborar com a GNR, como foi exemplo disso as diversas as intervenções feitas no quartel da GNR, sem isso ser da competência da Câmara e que por esta ordem de ideias teríamos que apresentar um voto de louvor a toda a população do concelho. -----

Em relação ao IMI familiar o sr. Presidente referiu que os eleitos do PS na Assembleia Municipal votaram ao lado da CDU neste ponto e reafirmou a injustiça da medida tendo em conta que quem tem elevados rendimentos fica beneficiado por ter filhos em relação a outros que têm baixos rendimentos e se estiverem acima dos limites mínimos não têm qualquer benefício. -----

Sobre os rankings das escolas o sr. Presidente referiu que este assunto não diz respeito à autarquia, mas sim ao Agrupamento de Escolas, no entanto considera injusta, tal como muitos intervenientes na comunidade educativa, a forma como são elaborados estes rankings que não têm em consideração um conjunto de variáveis específicas de



cada território. -----

Quanto à questão colocada sobre a última Assembleia de Freguesia referiu que este assunto deveria ser discutido no próprio órgão e que não faz sentido pronunciar-se sobre o funcionamento doutro órgão totalmente independente da Câmara Municipal, acrescentou que do que é do seu conhecimento sempre houve um bom ambiente entre todos no funcionamento das assembleias de freguesia. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar afirmou que irá reencaminhar os factos e as fotos que recebeu sobre os contentores do lixo. Sobre o IMI familiar referiu considera a medida como justa na medida em que beneficia todas as famílias com filhos com menos despesas no final do ano. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha iniciou o período de réplica elogiando o discurso do Presidente da Câmara de Benavente numa cerimónia em que esteve presente. -----

Sobre o voto de louvor referiu que a instrumentalização é usada diariamente no concelho quando se tenta instrumentalizar associações e trabalhadores. -----

Foi feito intervalo de 5 minutos. -----

Retomaram-se os trabalhos às 17h 15m.-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**Ponto 1 - Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área da Reabilitação Urbana dos Municípios associados na CIMLT. Modificação ao Contrato Interadministrativo.** -----

**CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo** -----

O Sr. Presidente apresentou o ponto referindo que se trata apenas de algumas alterações de circunstância em relação ao contrato anteriormente aprovado. -----

Aprovado por maioria com a abstenção do Vereador Francisco Cunha que fez declaração de voto: “em primeiro lugar não tem opinião formada em relação a este assunto e tem dúvida quanto à parte prática que não resulta em melhorias de grande interesse para a população de Alpiarça.”-----

**Ponto 2 - Proposta de Aprovação de Aditamento ao Protocolo de Utilização de Sala**



**no Edifício da Câmara Municipal de Alpiarça, sito no Frade de Baixo e Aprovação de Minuta.** -----

**Município de Alpiarça - Proposta n.º 32/2015/VJPA**-----

O Sr. Vereador João Arraiolos apresentou o ponto referindo que se trata de alterar o prazo de vigência do contrato anteriormente aprovado de 6 meses para 1 ano. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questionou se a cedência é a título gratuito e solicitou esclarecimento sobre a possibilidade de denúncia do protocolo. -----

O Sr. Vereador João Arraiolos respondeu que pela cedência existe um pagamento de 50€ mensais e esclareceu sobre as possibilidades de denúncia. -----

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade. -----

**Ponto 3 - Emissão de parecer prévio vinculativo para a celebração de contrato de aquisição de serviços especializados na área de geografia, na modalidade de avença.**

**Município de Alpiarça - Proposta n.º 33/2015/VJPA**-----

O Sr. Vereador João Arraiolos apresentou o ponto.-----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar referiu que é tempo de procurar uma solução definitiva e integrar a prestadora de serviços, Joana Eusébio, nos quadros da autarquia.-----

O Sr. Vereador João Arraiolos respondeu que tendo em conta as limitações impostas pela tutela na contratação de pessoal não é possível contratar e obriga-nos a recorrer à solução de prestação de serviços e que este impedimento é muito limitativo na autonomia das autarquias. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que estamos perante um caso de falsos “recibos verdes”, coisa que o Partido Comunista sempre foi contra e acha estranho que se tenha demorado tanto tempo para resolver o problema desta pessoa.-----

O Sr. Presidente referiu que as regras impostas pelo poder central não permitem a contratação e que o Partido Comunista sempre defendeu que para lugares efetivos devem ser contratadas as pessoas necessárias, situação que não é permitida atualmente. -----

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade. -----



**Ponto 4 - Emissão de parecer prévio vinculativo para a celebração de contrato de aquisição de serviços de acção social na modalidade de avença. Município de Alpiarça - Proposta n.º 34/2015/VJPA. -----**

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade.-----

O Sr. Presidente informou que dada a natureza do ponto 5 que deve ser discutido em reunião privada antecipa o período do público. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que entende que a lei não impede que o público assista aos pontos relacionados com processos disciplinares, nesta fase já não é confidencial. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar disse que importa saber a fundamentação legal para que o próximo ponto tenha que ser discutido em privado. -----

Havendo público na sala foi dada a palavra que não foi utilizada e foi feito um intervalo para ser discutido o ponto cinco sem presença de público. -----

Às 18h10m foram retomados os trabalhos para análise do ponto cinco.-----

**Ponto 5 - Apreciação e votação de Processo Disciplinar -----**

**Município de Alpiarça - Gabinete Jurídico-----**

O Sr. Presidente retomou a ordem de trabalhos com o ponto cinco referindo que o relatório vem acompanhado duma informação jurídica que levanta algumas dúvidas relativamente à participação dos visados na votação do relatório final do processo disciplinar e passou a palavra aos vereadores para dizerem o que entendiam sobre esta matéria. -----

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questionou quantos elementos do executivo vão estar presentes nesta discussão e votação no processo disciplinar em apreço. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha, pretende de igual forma saber quem vai votar o ponto, leu enxerto do parecer jurídico e disse conforme o que está escrito no referido parecer que só devem votar e participar quem de facto não está em causa própria. Disse também que não se pode ignorar o parecer da técnica superior que é jurista. -----

O Sr. Presidente respondeu que mantém as dúvidas legais sobre a não participação na



votação dos visados, uma vez que se os visados fossem todos os elementos da câmara não poderia haver votação. -----

O Sr. Vereador Francisco Cunha respondeu que se fossemos todos nós, não fazia ideia como seria a votação. -----

O Sr. Vereador João Arraiolos referiu que o órgão “Câmara Municipal” é composto por todos os vereadores e que tem também muitas dúvidas sobre a votação e sugeriu que fossem solicitados pareceres de entidades externas que tutelam as autarquias para esclarecer o assunto. -----

O Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira disse que percebe todas as questões que foram levantadas e têm lógica e disse, porque é que não se solicitam pareceres à CCDR e entidades competentes de forma os prazos se manterem e posteriormente tomar-se uma decisão.-----

O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que qualquer coisa que se decida aqui é passível de recurso, e sugeriu que se solicitasse também parecer sobre se o público pode ou não estar presente. -----

De forma a clarificar a tomada da decisão, e estando todos de acordo, o Sr. Presidente disse que sugeriu a retirada do ponto, tendo sido foi aprovada por\_unanimidade, para ser pedido parecer à CCDR, DGAL e ANMP sobre a legitimidade, ou não, da participação dos visados na discussão e votação do procedimento disciplinar; e sobre o eventual tratamento deste assunto em reunião pública. Este esclarecimento deverá ser solicitado com carácter de urgência. -----

#### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e trinta minutos da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata, foi aprovada por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, a redigi e assino.